

SUSTENTÁVEL

11 MAR 2004



CONTRA BOATOS IMPLANTADOS NA MÍDIA DE QUE ESTAVA DEMISSIONÁRIA, A MINISTRA GANHA O APOIO A LULA, FRENTE A DESAFIOS PODEROSOS.

O ano foi de reveses, não abalou a ministra Marina Silva. Hoje, atravessa bons momentos e coleciona vitórias no governo. No último mês, recebeu afagos do presidente Lula e acompanhou de perto o fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) depois da difícil aprovação do Projeto de Lei de Biossegurança na Câmara. Em entrevista relâmpago ao JB Ecológico, a ministra comenta o que muda com a aprovação da nova lei, reclama de tentativas de desqualificar entidades ligadas ao meio ambiente, e propõe uma agenda positiva para a administração ambiental. O que a seringueira Marina pensa da Marina ministra? "Chegar ao fim do primeiro ano ouvindo do próprio presidente que o esforço das ações de governo deveriam considerar a variável ambiental já no planejamento das ações é algo altamente positivo".

JB Ecológico - Segundo o PL de Biossegurança aprovado na Câmara, no caso de pareceres divergentes entre o Ibama e a CTNBio, caberá ao Conselho Nacional de Biossegurança decidir a posição a ser tomada. O Ibama, contudo, tem representatividade maior que o Conselho de Ministros na sociedade civil. Não chega a ser um retrocesso?

Marina - Ainda há uma certa incompreensão em torno do papel Conselho de Ministros. No projeto, esse órgão não pode entrar em questões de mérito, tarefa que cabe a departamentos técnicos, como a CTNBio, os ministérios de Meio Ambiente, Saúde, Agricultura e de Pesca. Não há no projeto de lei, em qualquer situação, um caso em que a Anvisa diga que determinada vacina não pode ser produzida e, por decisão política, o Conselho de Ministros autorize a produção. Cabe ao Conselho a avaliação política dos aspectos de oportunidade e conveniência. É possível que o Ministério do Meio Ambiente considere que não há nenhum problema ambiental e, apesar disso, o Conselho considerar inconveniente, do ponto de vista estratégico para o país, autorizar determinado investimento.

JBE - Então, nenhuma decisão do Ibama poderá ser revista pelo Conselho?
Marina - Em nenhuma das situações, até porque a sociedade ficaria altamente vulnerável, ao imaginar que alguém pode decidir politicamente questão de caráter estritamente técnico. Há quem levante o temor de o Ibama vetar investimentos por questões políticas. Não há essa possibilidade. Apenas o Conselho de Ministros tem poder de veto, quando acha que não é hora de o Brasil apostar neste ou naquele projeto. Os órgãos

técnicos não têm como vetar empreendimento, mesmo que seja uma hidrelétrica. Se tecnicamente é viável, não há como vetar. Tentar esqualificar os órgãos ambientais e o Sistema Nacional de Meio ambiente, como se capazes de veto político ou ideológico, não é boa idéia.

JBE - A senhora mencionou a necessidade de uma reestruturação do Ibama. Qual a idéia do ministério?

Marina - O Ibama tem um peso institucional forte no processo de fiscalização e licenciamento. É o braço de execução, tem instrumentos de comando e controle da política ambiental do governo em parceria com os Estados e municípios. Queremos dar mais eficiência às suas ações, com a certeza de que o nosso esforço não se limita à agenda negativa, mas pretende tornar viável o que é certo. Sabemos que se não tivermos condições de coibir a contravenção, estaremos tornando inviável aqueles que planejam investir de forma correta porque não têm condições de competir com os ilegais. Para fazer manejo florestal, produzir madeira certificada e ter trabalhadores com registro em carteira há um custo. Se alguém tem de competir com um outro que vai explorar de qualquer jeito na terra dos índios, que não qualifica a mão-de-obra e não cumpre as obrigações sociais e ambientais, fica muito difícil garantirmos o que é certo.

JBE ? Ao assumir, a senhora tinha um sonho. Ele está se realizando?

Marina - Quando chegamos tínhamos desafios poderosos a enfrentar. Tarefas que não se executam sozinhas: controle e participação social, fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e uma política ambiental integrada. Chegar ao fim do primeiro ano ouvindo do presidente Lula que o esforço das ações de governo deveriam considerar a variável ambiental desde o planejamento das ações, para mim é algo altamente positivo. Estamos trabalhando assim no novo modelo de política energética e em várias ações de infra-estrutura, como da BR-163 e no São Francisco. Criouse um grupo para que o desafio ético do presidente, de levar água para o semi-árido, seja cumprido do ponto de vista econômico, cultural e ambiental. A idéia de uma política ambiental integrada é inovadora. E não só no Brasil. Em vários países do mundo, embaixadores e ministros de meio ambiente, quando nos referimos às diretrizes da política ambiental do Brasil, concordam que estamos fazendo algo inédito.

Silva Marina
002
Reportagem 0062